

## 1 - Um marco histórico na (con)formação da Rede-SANS

Maria Rita Marques de Oliveira  
Carla Maria Vieira  
Lilian Fernanda Galesi  
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEIRA, MRM., VIEIRA, CM., and GALESI, LF., orgs. Um marco histórico na (con)formação da Rede-SANS. In: *O tecido da Rede-SANS: histórico, narrativas e reflexões* [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, pp. 19-22. ISBN 978-85-7983-751-7. Available from: doi: [10.7476/9788579837517](https://doi.org/10.7476/9788579837517). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/s88y6/epub/oliveira-9788579837517.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 1

## UM MARCO HISTÓRICO NA (CON)FORMAÇÃO DA REDE-SANS

Nos dias 29 e 30 de outubro de 2009 um grupo de pessoas, composto principalmente por trabalhadores da atenção primária à saúde, em uma das oficinas do II Seminário de Vigilância Alimentar e Nutricional do estado de São Paulo, realizado em Botucatu, teve como tarefa responder às seguintes perguntas: como seria a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional ideal? Que barreiras terão que ser transpostas para o alcance desse propósito?

O processo de articulação para obtenção dos recursos da Rede-SANS já vinha se estendendo havia dois anos. Primeiro com a possibilidade de uma articulação nacional, depois, no estado de São Paulo, sinalizada em junho de 2009. Essas pessoas responderam que a Rede-SANS almejada deveria:

- atuar a partir de ações intersetoriais;
- buscar, antes de agir, o conhecimento dos territórios e problemas locais;
- desenvolver ações de forma planejada;
- envolver todos os equipamentos sociais em suas ações;
- mobilizar todos os profissionais de interesse;
- informar a população sobre os problemas sociais ligados à SAN;
- desenvolver trabalho de educação permanente;
- promover a troca de experiências;
- desenvolver material educativo em SAN;
- promover parcerias para as ações de SAN;
- sensibilizar os gestores públicos quanto à importância da SAN;
- promover seminários, os quais fossem amplamente divulgados;
- divulgar as atividades em curso nos municípios.

Tais ações em rede deveriam transpor, como principal barreira, a falta de conhecimento sobre SAN e sua importância como política pública, por parte de gestores, trabalhadores e comunidades.

Passados pouco mais de três anos do seminário de 2009, estamos diante de um processo de sistematização dos resultados do trabalho da Rede-SANS no período transcorrido entre 2011 e 2012 e de, certa maneira, prestando contas aos representantes da sociedade presentes no seminário de 2009.

Para entender como tudo começou, temos de voltar um pouco no tempo, quando ainda não se vislumbrava a articulação da Rede como tal. Em Piracicaba, no início da década de 1990, houve um movimento que congregou o poder público municipal, as universidades e diversas pessoas e instituições na discussão da SAN do município. O movimento articulou-se num primeiro momento para a tarefa de introdução do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) no município, alavancado pela I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1994. Essa articulação que existia em Piracicaba ganhou força nos processos que envolveram a II e a III Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e no período em que o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Consea) do estado de São Paulo (2005-2006) esteve sob a gestão de dom Mauro Morelli.

Em Piracicaba, em 2004, aconteceram as primeiras reuniões para discutir a inserção da alimentação e nutrição na atenção básica à saúde do município, rendendo algumas ações específicas. Mas o movimento só tomou força com a criação, pelo Consea estadual, em 2005, da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CRSANS) das Bacias Piracicaba-Capivari, composta por treze municípios.

Em 2006, representantes dos municípios da CRSANS das Bacias Piracicaba-Capivari retomaram a discussão da SANS na atenção básica à saúde e, dessa vez, pleiteando recursos do Ministério da Saúde, a partir do Polo de Educação Permanente do Leste Paulista com o projeto “Educação permanente para a efetivação das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição para a Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (SUS) na região da Bacia do Piracicaba”. A proposta foi aprovada em todas as instâncias, mas os recursos não chegaram a ser liberados, visto que houve alteração na forma de gestão desses recursos pelo Ministério da Saúde.

Em 2007, o mesmo projeto foi revisto para atender ao edital de pesquisa para o SUS junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (Fapesp). Dessa vez, obteve-se recurso para execução da fase I. Com a transferência da coordenação do projeto, que era da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), para a Unesp de Botucatu, o financiamento da fase II ficou prejudi-

cado. No entanto, a articulação na direção de continuidade da proposta foi ampliada, e dois seminários com participantes de municípios e universidades foram realizados na Unesp de Botucatu, um em 2008 e outro em 2009, apoiados pelo Instituto Harpia Harpyia (INHAH), que, nesses dois anos, organizou reuniões com grupos remanescentes das CRSANS para discutir a SAN em São Paulo. A realização dos seminários foi possibilitada por recursos da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp).

No seminário de 2008 foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa e das oficinas de formação na região das Bacias Piracicaba-Capivari e Indaiatuba. Houve a participação de representantes de técnicos e trabalhadores da atenção básica de quarenta municípios do estado de São Paulo e da Coordenação Geral da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (CGPAN). Foi quando as atividades do projeto foram ampliadas para Marília, Ribeirão Preto, Araraquara e Botucatu. Constituiu-se também nessa ocasião o Grupo de Pesquisa em Epidemiologia Nutricional e Dietética, envolvido com a Rede-SANS e cadastrado no CNPq.<sup>1</sup>

No seminário de 2009, foram apresentadas as atividades desenvolvidas nas regiões de Botucatu, Araraquara e Marília, e desenvolvidas oficinas de formação para agentes de saúde. Já se tinha um parecer favorável da Finep quanto ao apoio no processo de articulação da Rede-SANS, e foi quando ocorreu um primeiro esboço da missão e dos princípios da Rede ao se discutir, em grupos, as prioridades do trabalho.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) entrou nesse processo pela mediação do INHAH. Em contato com esse órgão, por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, surgiu a proposta de criação de Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional em cinco regiões do Brasil, os quais seriam estabelecidos pelo MCTI com o apoio do INHAH. Das diversas negociações com a Finep para dar forma ao projeto, em 2008, propôs-se uma rede abrangendo os estados de Roraima, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. O projeto de articulação seria executado pelo Instituto de Biociências de Botucatu (IBB) da Unesp, com a coexecução do INHAH e mais cinco universidades federais. Embora tenha sido aprovado quanto ao mérito e qualidade técnica, o projeto não recebeu os recursos. Em junho de 2009, a Unesp recebeu orientação da Finep para reapresentação do projeto em uma versão mais restrita de abrangência geográfica e quantidade de recursos. Em novembro de 2009, após muitas

---

1. A partir de 2014, passou a se chamar Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional.

negociações com a Finep, o projeto “Rede de Municípios Promotores da Segurança Alimentar e Nutricional (Rede-SANS)” foi submetido a esse órgão e subsequentemente aprovado. O convênio entre Finep/Unesp/INHAH foi assinado em setembro de 2010 e os recursos, liberados a partir de janeiro de 2011.

Foi no primeiro encontro dos articuladores da Rede que se cunhou o nome: Rede-SANS – Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária, por entender que, mais que de municípios, era constituída de pessoas. Também nesse momento definiu-se a missão da Rede-SANS: “articular e envolver pessoas e instituições de diferentes contextos numa ação integrada de defesa e promoção da alimentação saudável, adequada e solidária”.